

Edison Carneiro, o negro da cor trigueira: inserção, audácia e invisibilidade

Edison Carneiro the *trigueiro* color nigro: insertion, audacity and invisibility

Evelyn Marcele Ribeiro Mota¹

RESUMO

Este artigo dedica-se a demonstrar a inserção de um autor negro, baiano, pouco reconhecido em seu meio, empenhado em adentrar no preliminar campo das ciências sociais no Brasil em meio ao contexto de poucas oportunidades, trabalhos e referências. Edison Carneiro (1912-1972) contribuiu para esse campo a partir de pesquisas sobre folclore e religiões de matriz africana, investigando dos terreiros às escolas de samba e conseguindo, mesmo que preliminarmente, colaborar para o entendimento desse universo. Relegado a vender seus estudos aos jornais, tornou-se um pesquisador de poucas teorias e que abriu muitas portas para a mudança de paradigma destas ciências dos anos seguintes.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Estudos Afro-Brasileiros; Religião e Sociologia Brasileira.

ABSTRACT

This article is dedicated to demonstrating the insertion of a black, Bahian author, little recognized in his environment, committed to enter the preliminary field of social sciences in Brazil amidst the context of few opportunities, works and references. Edison Carneiro (1912-1972) contributes to this field through research on folklore and religions of African origin, investigating from the terreiros to samba schools and managing, even if preliminarily, to collaborate to understand this universe. Relegated to selling his studies to newspapers, he became a researcher with few theories and who opened many doors for the paradigm shift of these sciences in the following years.

Keywords: Social Sciences; Afro-Brazilian Studies; Religion and Brazilian Sociology.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda no Curso de Ciências Sociais (UFS). Integrante do grupo de pesquisa INUMA - Interfaces Humanos e Não Humanos (DCS/UFS) e do grupo de pesquisa Corpo, Cultura e Consumo (DCOS/UFS).

Pareceu-me significativo que Edison fosse um mulato, da cor trigueira chamada parda no Brasil. Era significativo porque as cartas de apresentação vinham de colegas brancos, que não haviam mencionado a sua raça ou cor. Para eles, isso não importava. Aceitavam-no pelo seu provado valor como jornalista e como erudito (LANDES, 2002 apud NASCIMENTO, 2010).

Ao adentrarmos os estudos sobre as religiões de matriz africana no Brasil, nos deparamos com diversos autores que, antes das ciências sociais se institucionalizarem no Brasil, já tratavam dessa questão. Por que estudar religião de matriz africana, então? A princípio, as linhas de pesquisa buscavam entender como o negro africano vivia no Brasil, seus costumes e sua cultura, sobrevivências e confluências. A África que veio para o Brasil pesava muito e era marcante para os estudiosos da época, naquele contexto, as ideias biológicas e evolucionistas estavam em pauta, os negros no Brasil eram vistos como uma pequena África, não havia a ideia de troca, interação e ressignificação cultural. Por isso, a ideia de africanidade no Brasil foi tão forte, era novidade olhar para a sociedade brasileira com outro olhar, em busca de quem somos, de onde viemos e para onde vamos, questões que até então pouco importavam, é esse terreno que possibilita o surgimento das ciências sociais no Brasil.

Ora, aquilo que será chamado de religião só adquiriu esse patamar após mudanças epistemológicas, com o tempo passa-se a perceber que aquele *ethos* africano, existia na África, mas, não pôde ser transportado para o Brasil da mesma maneira, foi ressignificado e acabou por se tornar uma religião. É neste momento que as religiões ganham destaque, estudiosos percebem a riqueza da cultura africana presente ali e sua transformação em meio e pós período escravocrata.

Nesse período surge Edison Carneiro, entre os estudos sobre manifestações culturais adentrou o círculo da pesquisa, naquele momento a valorização da cultura brasileira pautava-se da ideia de preservação de tais manifestações, do samba de coco ao samba de roda, diversas instituições surgiram com a intenção de torná-las parte da identidade brasileira e, para isso, era necessário desvendar e preservar. Aqueles que estavam preocupados em manter e incentivar tais práticas conseguiram espaço nos museus e instituições da época. Folclorista, jornalista, historiador, antropólogo e sociólogo, Edison Carneiro acreditava que o conhecimento sobre tais manifestações

conteria os preconceitos, pois o entendimento revelaria sobre a importância cultural para determinados povos, pois, não trata-se apenas de uma dança ou uma seita, são modos de agir e pensar, e permeiam os atores sociais envolvidos. É por sua inserção no campo, sua audácia, seus estudos e sua invisibilidade que Edison Carneiro é importante ainda hoje.

Contexto histórico

O contexto histórico em que Edison Carneiro está inserido tem seu lugar de atuação política em meio à institucionalização do campo das políticas públicas culturais e sua singularidade dentro de um grupo diverso de intelectuais. A década de 1930 teve Getúlio Vargas como presidente do Brasil, seu segundo mandato foi possível devido ao Golpe organizado junto aos militares e, teve o apoio de grande parcela da sociedade. A partir de novembro de 1937, Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade à sua política trabalhista com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O projeto político e ideológico formulado nesse período passava pela formação de homens saudáveis e orgulhosos de seu país, forma do governo tentar construir uma nova imagem para o Estado brasileiro. Diversos órgãos foram criados com o intuito de auxiliar na implementação do projeto nacionalista de construção de uma unidade nacional, essa faceta do governo Vargas propôs-se a controlar estrangeiros e brasileiros envolvidos em expedições científicas e artísticas, revelando as disputas que marcaram a realização dessas expedições. De acordo com Grupioni (1998, p. 21), "[...] tocante ao Estado, ao firmar uma política de proteção dos bens da nação e de controle de estrangeiros, quer no tocante aos institutos de pesquisas nacionais, ao sedimentar o campo de ação, institucionalizando a pesquisa científica no Brasil". Com isso, a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), órgão situado entre o campo político e o intelectual, criado em 1933, teve o intuito de inspecionar, controlar e fiscalizar todas as expedições científicas realizadas no Brasil, seja por iniciativas estrangeiras ou brasileira. A ação do Conselho de Fiscalização no controle e cerceamento de alguns pesquisadores estrangeiros não foi tão efetiva como a legislação previa e nem como os relatórios anuais do órgão pareciam exprimir, por isso, a atuação desse órgão, em alguns casos, foi meramente formal em relação à concessão de licenças; mas, em outros, ela foi marcante em sua atuação fiscalizadora. Grupioni sustenta seu

argumento com a análise de documentos que apontam em quais circunstâncias o conselho atuava, ora como licenciador, ora como fiscalizador.

A outra face, pouco mencionada quando se fala de Getúlio Vargas é sua ligação com as religiões de matriz africana, sabe-se bem que esse período foi de fortalecimento e ligação de diversos terreiros da Bahia com instituições e políticos da época, ensejo encontrado para driblar a política de repressão do Estado Novo.

Cheguei a ver, há muitos anos, mostrada por Senhora, uma lista feita por Aninha dos “preparos” para uma “obrigação” que ela fizera no Rio, em favor do restabelecimento do então Presidente Vargas, acidentado, como a família, na estrada de Petrópolis (onde andar, hoje, esse papel, nos “guardados” do terreiro?). Sabia-se de suas relações íntimas com pessoas associadas ao Governo da República, diplomatas, Ministros, Chefes de Polícia. Dessas viagens ao Rio resultou a criação, ali, de um ramo do Opô Afonjá, cuja direção entregou à sua filha-de-santo Agripina Sousa (LIMA, 2004, p. 217).

É importante se ater a esse momento histórico, pois ele foi marcado pela criação de diversas instituições diretamente ligadas ou incentivadas pelo Governo Federal, preocupados em entender a nação brasileira, diversos órgãos foram criados com o intuito de auxiliar na implementação do projeto nacionalista de construção de uma unidade nacional, essa faceta do governo Vargas propôs-se a controlar estrangeiros e brasileiros envolvidos em expedições científicas e artísticas, revelando as disputas que marcaram a realização dessas expedições.

Por outro lado, durante o Governo Vargas, Edison Carneiro, além de enfrentar entraves no campo acadêmico, passou um período conturbado de ameaça à sua vida por sua posição política. Entender os entremeios que permeavam a vida do autor nos permite compreender sobre a posição que se impõe em suas obras e como a década 1930 lhe marcou intensa e intelectualmente.

O Surgimento das Ciências Sociais no Brasil

Os primórdios das Ciências Sociais brasileiras têm início com o período denominado *heroico* (corresponde às décadas de 1920 e 30), quando a profissão dos cientistas sociais e o próprio campo antropológico e sociológico ainda não estavam institucionalizados, a exemplos de Curt Nimuendaju, para a Etnologia Indígena, e Gilberto Freyre, para os Estudos da Sociedade Nacional. Seria, então, a abertura do movimento que buscava desvendar o que era a nação brasileira. Por conseguinte, a segunda metade dos anos 1960 coincide com a criação dos cursos de mestrado e doutorado no país, nos dois períodos, nota-se a indiferenciação da Antropologia pela

Sociologia, ambas nascem da literatura e de autores que ainda não possuíam o rigor metodológico-científico, pautam-se, primeiramente, nas pesquisas realizadas na biologia e, em seguida, na teoria cultural e interpretativista de influência norte-americana.

Antes do período acima mencionado, delimitador da emergência das pesquisas teórica e metodologicamente orientadas nesta área, autores como Silvio Romero (2002) já especulavam sociologicamente acerca de como a literatura, como primeira fonte utilizada para pensar a invenção da sociedade brasileira, poderia ser utilizada, a partir dos conceitos como os de *raça, meio, e evolução histórica*, foram utilizados como referências para pensar a formação da sociedade brasileira. Por outro lado, o interesse pelos estudos culturais e folclóricos no Brasil aumenta, é tanto que as ciências sociais surgem ligadas às diversas instituições, como: Departamento Municipal de Cultura, Sociedade de Etnografia e Folclore, Congressos Afro-Brasileiros, Reuniões de antropologia, o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu Paraense, a Faculdade de Filosofia e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Museu do Índio, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais, a Faculdade de Filosofia da Bahia, o Ministério da educação, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos entre outros.

As ciências sociais são recepcionadas no Brasil como descobridoras da nação, quem eram os brasileiros, como se constituíram os costumes, as religiões e as relações interétnicas, neste momento era necessário compreender o cenário brasileiro para sanar os problemas da vida social moderna. A sociologia, então, voltava seu interesse para questões de gestão e políticas públicas, e a antropologia para os estudos culturais, folclóricos e raciais. A sociologia emerge a partir das necessidades do contexto: a primeira é política, a invenção da nação; a segunda é a necessidade intelectual, preocupados com o problema da indústria e o crescimento das cidades; e a terceira, a necessidade estrutural, o planejamento das cidades, das políticas públicas e da intervenção social, por meio do conhecimento. Era preciso conhecer a realidade para atuar e intervir nela, ideia pragmática do fazer sociológico, para entender a formação da sociologia brasileira é preciso compreender suas bases nesse momento: o direito e o evolucionismo.

Segundo Florestan Fernandes (1976), os fatores socioculturais da inclusão da sociologia são: o processo de secularização das atitudes e do modo de compreender a natureza humana; a origem ou funcionamento das instituições e os motivos do comportamento humano; o processo de racionalização que projetou na esfera da ação

coletiva a ambição de conhecer, explicar e dirigir o curso dos acontecimentos e das relações do homem com o universo. Devido à sua importância teórica e prática para os educadores, a sociologia encontrou um reconhecimento de suas utilidades.

Dessa forma, não apenas o Brasil buscava interpretar sua própria nação, mas os estrangeiros também estavam interessados em investigar o que ficou conhecido como o *laboratório das raças*. A curiosidade surge daí, como se davam as relações interétnicas, tão democráticas e pacíficas aos olhos exteriores. Quando Mariza Peirano (2000) menciona sobre o exotismo ser um tipo de diferença, atenta-se ao fato de que o Brasil tem sua excentricidade, principalmente para os estrangeiros recém-chegados, ao mesmo tempo em que o diferencial brasileiro é o exotismo carregado de diferenças (sociais, culturais, religiosas, de gênero, dentre outras).

Fazem pesquisas na Bahia, neste período, uma série de intelectuais estrangeiros, entre eles Robert Park, Donald Pierson, Ruth Landes, Melville Herskovits e Franklin Frazier. Carneiro vai se atando a essa rede como um de seus nós, ao incentivar publicações, provocar debates, agenciar pesquisadores em outros estados do país e também de fora dele para a participação no congresso que organiza (NASCIMENTO, 2010, p. 68).

Em parte, é desses estudos que nascem as ciências sociais no Brasil, é por meio de diversos financiamentos estrangeiros que a sociologia brasileira começa a olhar para o problema do país, não apenas como necessidade de desvendar quem é a nação, mas, também, em busca de compreender as relações que aqui se formaram. O período de formação da sociologia acadêmica no Brasil e da consolidação das ciências sociais coincide com o período em que Edison Carneiro se constrói subjetivamente como pesquisador. Momento da consolidação da intelectualidade brasileira revela-se de grande interesse político também, como menciona Beatriz Góis Dantas e Verônica Maria Meneses Nunes (2009, p. 74): “Parece-me um empreendimento de certa importância prática, além da importância científica, sendo que esta é a primeira vez, ao que eu saiba, que o governo federal se interessa em proporcionar uma verba para custear o tipo de pesquisa que nós estamos preparados para fazer (Doc. 31)²”. O investimento e a vinda de estrangeiros para o Brasil nessa época demonstram a preocupação, principalmente, com as relações interétnicas se desenvolverem no país pós abolição, torna-se um assunto que demanda interesse para a gestão e entendimento da formação nacional, importante para a sociologia se firmar como ciência.

² Carta enviada de São Paulo a Felte Bezerra em 19 de Novembro de 1951.

A sociologia surge a partir de um modelo teórico e da necessidade do contexto, pois não se faz ciência em um lugar onde a ciência não possui demanda, as elites intelectuais tiveram um papel crucial nesse processo, refletido no modo com a sociologia é atrelada ao direito e à literatura, são tais condicionamentos culturais que exprimem a sociologia que será desenvolvida no Brasil. Dentre os diversos autores presente nesse contexto, Oracy Nogueira (1978) aponta para o fato de que não dá para entender o Brasil sem entender as relações raciais presentes nesse contexto, orientado por Donald Pierson, já estabelecidos os limites metodológicos, trabalha com *tipos ideais* para entender a diferença do preconceito no Brasil e nos EUA. Em seu estudo comparativo, menciona que no Brasil é como o ditado: “Em casa de enforcado não se fala em corda”, revela que o racismo apresenta-se de forma mais branda e sutil de natureza qualitativamente diferente comparado aos EUA, não é a intensidade é a qualidade que é diferente. Sua investigação é um piloto entre contatos raciais, apresenta três diferentes correntes sobre a temática: 1) Afro-brasileira (processo de “aculturação”, como a cultura negra contribuiu para nossa forma de pensar, agir e sentir, mais presente na antropologia); 2) Estudos históricos (Gilberto Freyre); 3) Estudos que buscaram entender as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira. Oracy é o primeiro a sistematizar um conjunto de referências, pois está preocupado com a apresentação explícita dos dados, busca diferenciar-se de um ensaio para se aproximar dos trabalhos científicos. Seu estudo demonstra como o racismo é visto empiricamente, torna-se pauta do estudo da UNESCO³ no reconhecimento do racismo. Este é apenas um exemplo dos estudos que surgiram neste contexto e que revelaram a importância dos estudos sobre as relações interétnicas e a cultura negra.

Estudos sobre religiões de matriz africana colocam o negro na agenda da sociologia

Tratando especificamente dos estudos sociológicos sobre a cultura negra temos como pioneiro o professor universitário, escritor, antropólogo e pesquisador das áreas de saúde pública e medicina legal, Nina Rodrigues destaca-se entre os pesquisadores de grande importância do século XIX. É ele o primeiro a colocar o negro na agenda da sociologia, construiu para si próprio esse mito de primeiro estudioso do assunto. Em seu momento de atuação, as ciências sociais estão intimamente ligadas às ideias biológicas e médicas vindas do exterior, a exemplo dos autores como Nina Rodrigues, na Bahia, e

³ Sobre os estudos da UNESCO ver Marcos Maio (1990; 2000).

René Ribeiro, em Pernambuco. Explicitamente pautado em ideias evolucionistas europeias, aponta para a relevância dos estudos sobre o negro no Brasil, impressionado com seu modo de viver, pensar e agir e em busca de confirmar as ideias da época, mergulhou entre os negros para melhor entendê-los, com seu livro, *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*, de 1896, fundou a etnografia e um modelo de estudo das religiões afro-brasileiras.

Sabemos bem a quem serviam as ciências sociais nesse período, as teorias racistas e evolucionistas abriram terreno e legitimaram o colonialismo. Nina Rodrigues faz parte dos estudiosos que buscavam demonstrar a inferioridade do negro, por isso, *animismo fetichista* é a expressão, hoje preconceituosa, pela qual eram conhecidas as religiões dos chamados *povos primitivos*, juntamente com outros conceitos, como o de *totemismo*, por exemplo. O autor é conhecido especialmente por suas ideias relativas às raças, atreladas a teorias da época que afirmavam a inferioridade da raça negra, do ponto de vista intelectual, físico, moral e religioso, embora reconhecesse muitas qualidades no negro.

Ao focar especificamente nas religiões, descreve a sua participação num terreiro, ao mesmo tempo, espírita e de candomblé, onde encontrou todos os preparativos para se celebrar missas, segundo ele, o culto possui elementos sincréticos espíritas e africanos, com caboclos e orixás. “Afirma que os negros são mais fáceis de cair no santo do que os brancos. Conclui afirmando que os negros baianos são católicos e que a conversão tem êxito no Brasil, mas é uma ilusão, e não está conforme a realidade dos fatos” (FERRETTI, 2006, p. 57). Dentre esses e outros estudos, argumentou que o negro deveria ser considerado como objeto de ciência.

Há quem diga que a sua relação com as religiões de matriz africana e os negros são contraditórias à sua teoria intelectual, já há quem acredita que isso faça parte de sua obsessão por confirmação. Nina Rodrigues frequentava diversos terreiros e relacionava-se com os negros que lá vivam, com o intuito de fazer um bom trabalho de campo que afirmasse sua teoria, por isso precisava dessa convivência e interação, ao mesmo tempo em que reconhecia a peculiaridade das religiões de matriz africana e sua origem em uma cosmologia diferente da ocidental afirma a inferioridade do negro por apegar-se a esse modelo religioso de vida, algo que os mantinham atrás na linha evolutiva.

Nina Rodrigues comenta medidas repressivas ao culto jeje-nagô bem como sua grande vitalidade e resistência. Mostra que, na África, esses cultos constituem verdadeira religião, mas no Brasil são considerados práticas de feitiçaria sem proteção nas leis, condenadas pela religião dominante e pelo desprezo aparente das classes influentes (FERRETTI, 2006, p. 58).

Os estudos de Nina Rodrigues criam um campo e, passam a servir de referência devido ao tamanho de sua pesquisa, ao tratar de religiões de matriz africana ele visitou diversos terreiros e pôde criar um grande catálogo de referência sobre as diferentes práticas culturais.

Tais estudos iniciam-se como forma de entender as manifestações africanas no Brasil, como elas integraram a sociedade e resistiram ao período de escravidão, seriam elas responsáveis pela integração e disseminação da cultura africana no país. Inicialmente, não são vistas como religião, mas sim como seitas, costumes e sobrevivências, antes de serem vistas como religião propriamente dita, Nina Rodrigues já dizia que representavam modos de agir africanos e que, aqui no Brasil, eram vistos de modo pejorativo. Para contrapor essa ideia de manifestações de baixo calão, os costumes africanos são inseridos no meio institucional e científico por meio das manifestações populares, da dança e do folclore. A ideia de continuidade africana no Brasil perdurou durante muito tempo e, os cientistas como Nina Rodrigues contribuíram para isso, sendo assim, o limiar entre seita e religião se acirrou cada vez mais dentro e fora dos terreiros, as brigas por legitimidade africana fizeram parte desse momento, conceitos como o de *pureza* foram disseminados, momento esse em que as ideias biológicas ainda faziam parte do imaginário da própria ciência social, já dava para entender a ideia evolucionista por detrás.

Os “folcloristas” concebiam a *cultura popular* como objeto de uma preocupação política: era preciso preservá-la para garantir a permanência da *identidade nacional*. Conseguiram criar agências estatais, fizeram apelos à imprensa, produziram publicações do movimento, realizaram congressos e festivais folclóricos pelo país com grande número de participantes. Há uma grande mudança de olhar nesse sentido, os “folcloristas” atentavam-se ao *folclore*, ao *fato folclórico* ou às *manifestações folclóricas*, assim, a dimensão de religião não chegava, por outro lado, os antropólogos e sociólogos atentaram-se para a cultura, os costumes, os modos de agir e pensar, a perspectiva era outra.

A este respeito, a autora indica que “uma diferença há e não é de objeto, mas sim epistemológica, de como se ‘olha’ para o objeto”. No caso dos “antropólogos inventariantes”, ao participarem do processo de inventário e/ou registro de um bem cultural, devem dar uma especial atenção aos processos de atribuição do valor “patrimônio” em cada caso específico, a fim de observarem proximamente os resultados da inserção desta nova categoria. [...] Pela primeira vez, a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do Estado nacional (GONÇALVES, 2013, p. 250).

Em seguida, principalmente com os estudos de Edison Carneiro e seus contemporâneos, as religiões de matriz africana vão se consolidando, não apenas como manifestações vindas da África e que aqui resistiram e se perpetuaram, mas, sim, como religião que precisou adaptar o modo de vida dos africanos que aqui estavam, e passaram a ser chamadas de Religiões Afro-brasileiras. Esse período em particular contou com a presença de diversos pesquisadores, assim como foi usado de força e legitimidade para os candomblés estudados, principalmente na Bahia, local que entendiam ser o melhor para compreender como as relações interétnicas se davam, diferentemente dos Estados Unidos. Os prestigiosos do candomblé na Bahia na década de 1930: babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim e a ialorixá Eugênia Ana dos Santos, Aninha, do Centro Cruz Santa do Axé do Opô Afonjá, exerciam grande influência comunitária e cumpriam papéis importantes, a estreita relação que Édson Carneiro tinha com eles é de extrema importância para a ampliação dos estudos sobre as religiões afro-brasileiras, assim como a interlocução com pesquisadores de fora, que àquela época vinham ao Brasil.

A formação do campo de estudos de folclore foi marcada por uma relação de tensão com as ciências sociais em fase de institucionalização acadêmica no Brasil, mediante a figura de Florestan Fernandes e da escola paulista de sociologia, que se esforçou para definir o formato dessas ciências e demarcar suas fronteiras. A institucionalização das ciências sociais garante a sobrevivência da área no Brasil, ao mesmo tempo em que a enclausura e a distancia de outras instâncias de atuação, apesar de também servirem de palco para pesquisa e para o reconhecimento da nação, as instituições folcloristas são deixadas de lado, pois, o momento de surgimento da sociologia demandava uma postura pragmática, de planejamento e reflexão, que a academia proporcionou.

Biografia

Bacharel em direito como todo mundo (...) tenho trabalhado em história, etnografia e folclore e um pouco (muito pouco) em literatura. Em todos esses campos do saber o que me importa é sempre o povo – as suas vicissitudes, as suas expectativas, as suas esperanças. Usando esta ou aquela técnica de trabalho, procuro sentir o povo lutando e sofrendo por construir uma nação e uma cultura. (Entrevista de Edison Carneiro a Tânia Góes, “Gente muito

especial". Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*
28/03/71) (NASCIMENTO, 2010).

Edison Carneiro nasceu em Salvador, em 12 de agosto de 1912, e faleceu no Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1972. Seu pai, Antônio Joaquim de Souza Carneiro, sua mãe, Laura Coelho de Souza Carneiro. Aos dezesseis anos, fez parte do grupo literário Academia dos Rebeldes (1928-1932), cujo líder era Pinheiro Viegas e um dos colaboradores Jorge Amado. Neste mesmo ano, dá início à sua carreira de jornalista publicando no jornal "A Noite", de Salvador. Em 1939, Édison Carneiro transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde passou a ser colaborador de "O Jornal". Posteriormente, patrocinado pelo Museu Nacional, foi enviado à Bahia para coletar material sobre cultos populares e encomendar bonecas de pano, em tamanho natural, vestidas como as diversas divindades africanas. Casou-se, em 1940, com Magdalena Botelho de Souza Carneiro, com quem teve dois filhos, Philon (1945) e Lídia (1948). Voltou ao Rio de Janeiro, onde trabalhou como tradutor-redator e redator-chefe da agência "The Associated Press", no período de 1941 a 1949; redator do "British News Service" (1941) e do jornal "Última Hora", além de ser colaborador também do "Jornal do Brasil" (1956-1966).

Escreveu sobre diversos temas: desde os folguedos populares até as religiões matriz africana, passando pelas escolas de samba do Rio de Janeiro. Um intelectual pouco lido e conhecido nas ciências sociais brasileiras, mas, que muito contribuiu para a formação dos estudos e das instituições ligadas à cultura popular e às políticas de preservação cultural. Atuou como pesquisador, militante e como organizador e participante de diversos congressos, principalmente no campo do folclore, mas também de outros, como o Segundo Congresso Afro-brasileiro. Devido à sua grande influência na década de 1960 sobre os movimentos folclóricos, instituições e jornais de época, não é fácil de encaixá-lo em apenas uma linha. Desde a "Carta ao Samba" redigida por Carneiro em 1962, é possível estabelecer relações entre campos de conhecimento e de ação política, pois, ponto de vista de iniciativas e realizações, foi o momento do apogeu dos estudos de folclore.

A "Carta ao Samba", segundo Edison, representava um esforço por coordenar medidas práticas e de fácil execução para preservar as características tradicionais do samba sem, entretanto, lhe negar ou tirar espontaneidade e perspectivas de progresso. Foi recomendado que as escolas abrissem mão de prêmios e classificações que causariam os atrasos nos desfiles e as rivalidades; que desistissem da apresentação de alegorias em

carretas, que as pistas para os desfiles fossem mais largas, que as escolas, em vez de se apresentarem apenas no concurso oficial, desfilassem também nos bairros onde tinham sede. Em 1958, viabilizaram a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), órgão executivo ligado ao Ministério da Educação e Cultura, que teve Edison Carneiro como seu segundo diretor, cargo do qual foi exonerado pelo regime militar em 1964, a partir desse momento, é possível visualizar como a institucionalização do folclore se deu a partir da constituição de museus, institutos, órgãos governamentais, e não nas universidades, como também desejavam os folcloristas, talvez esteja aí um dos motivos pelos quais Edison Carneiro não se inseriu na universidade, apesar (ou talvez por causa) de sua luta política pelos direitos dos negros e das associações religiosas de origem africana em Salvador, suas ações foram mais em meio ao campo. Para ele, a expansão e a divulgação eram o alicerce desse movimento, bastaria multiplicar as suas oportunidades de apresentação, na cidade e na zona rural, deixando aos brincantes liberdade na sua organização para que tivessem maior visibilidade.

Preocupado com questões de visibilidade e reconhecimento, fez questão de convidar Martiniano para ser o Presidente de Honra do II Congresso Afro-Brasileiro, por conseguinte, ainda, uma participação definitiva na organização da União de Seitas Afro-Brasileiras, criada em decorrência de uma das resoluções do Congresso. Ora a ligação com Dona Aninha não foi diferente, quando Carneiro precisou se refugiar da perseguição da polícia política, foi ela que o acolheu.

Este fato, lembrado por Carneiro a Senhora e seus Obás, muitos anos depois, é também mencionado no livro de Deoscóredes M. Santos, filho de Senhora, Açobá do terreiro, no seu livro *Axé Opô Afonjá: Em fins de 1937, com a proclamação do Estado Novo, o escritor e etnógrafo Édison Carneiro, sendo perseguido, refugiou-se no terreiro, tendo Mãe Aninha encarregou Senhora de velar por ele, lhe prestar assistência. Esse fato por muitos anos foi conhecido apenas de Aninha e Senhora, até que o mesmo Édison Carneiro deu-lhe divulgação pública. Nas suas cartas a Ramos, Carneiro tinha que ser discreto e não aludir a fatos e situações que pudessem vir a comprometer seus amigos dos candomblés. “Nessas duas figuras singulares bem se poderiam identificar as clássicas categorias weberianas da legitimação do poder ...” Martiniano e Aninha são atualmente nomes lembrados na tradição oral de todos os terreiros da Bahia, mitificados já, na lembrança da “gente-de-santo”, dos que os conheceram em vida e dos que ouviram contar histórias de seu poder, de seu conhecimento, de seu imenso prestígio. Nessas duas figuras singulares bem se poderiam identificar as clássicas categorias weberianas da legitimação do poder, no caso, do poder teocrático exercido pelos pais e mães dos terreiros da Bahia: eram eles pessoas que conheciam suas origens étnicas e culturais. Dotados de um superior conhecimento das tradições e reconhecidos por toda a gente como detentores legítimos do saber religioso, dos “fundamentos” (LIMA, 2004, p. 202).*

A participação de Aninha no II Congresso Afro-Brasileiro foi de grande importância para esse momento, por declarar sua casa como *nagô puro*, participou das pesquisas sobre costumes, mitos e ritos advindos da religião nagô, para o evento escreveu um trabalho sobre os quitutes trazidos pelo negro para a Bahia.

Aninha cumpriu o prometido a Carneiro e preparou um pequeno trabalho sobre a culinária africana, entregue aos organizadores do Congresso, depois do seu final, e por eles incluídos como Apêndice ao volume *O negro no Brasil*, (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940), com o título “Nota sobre comestíveis africanos”. Esse despojamento nas “receitas” de Aninha indica, claramente, no campo da comida ritual, o que significa, para o povo-de-santo, a reserva nas “coisas-de-fundamento”. Pois as “comidas africanas” listadas por Aninha eram, todas elas, comidas-de-santo, oferecidas nas obrigações aos orixás, que têm suas próprias preferências alimentares, sempre associadas a seus mitos e a uma complexa prescrição simbólica. Atendeu ao pedido do amigo, mas o fez com as reservas do seu código de mãe-de-santo (LIMA, 2004, p. 216).

Por meio da biografia de Edison Carneiro, podemos absorver diversas questões, do surgimento e institucionalização das ciências sociais sob um contexto histórico conturbado, da ligação entre a religião e os costumes negros e os estudos sociais, ao surgimento de categorias cruciais para o desenvolvimento das pesquisas sobre as religiões de matriz africana. Os trabalhos de Edison Carneiro levantaram mais questões que respostas, em suas cartas trocadas com diversos intelectuais revela a frustração de não encontrar bibliografia e leituras que o ajudassem em suas investigações, em conjunto com a falta de oportunidade na academia, suas pesquisas trataram de investigar a cultura negra (samba e o folclore) e as religiões de matriz africana.⁴

Orientações teóricas e metodológicas no estudo da cultura africana

Como mencionado anteriormente, no momento em que Edison Carneiro insere-se no campo intelectual sobre as religiões de matriz africana havia um forte aporte sobre a

⁴A seguir um resumo dos eventos, organizações e obras que envolveram Edison Carneiro: 1933 - Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB); 1934 - I Congresso Afro-Brasileiro; 1936 - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e “Religiões Negras”; 1937 - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; II Congresso Afro-Brasileiro; União das Seitas Afro-Brasileira; “Negros Bantos”; “Castro Alves”; 1940 - “O Negro no Brasil”; 1947 - “O Quilombo dos Palmares”; “Trajetória de Castro Alves”; Comissão Nacional de Folclore; 1948 - “Candomblés da Bahia”; 1950 - “Antologia do Negro Brasileiro”; 1951 - “A linguagem Popular”; 1954 - “A cidade do Salvador”; “O folclore nacional: 1943-1953”; 1955 - “Pesquisa de Folclore”; “Proteção e restauro dos folguedos populares (A Sabedoria Popular)”; 1956 - “A Conquista da Amazônia”; “Escolas de Samba I (A Sabedoria Popular)”; “O negro em Minas Gerais”; 1957 - “Escolas de Samba II (A Sabedoria Popular)”; 1958 - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (diretor entre os anos de 1961 a 1964); 1959 - “Decimalia: Os cultos de origem africana - no Brasil”; “Les Cultes d’origine africana au Brésil”; 1960 - “A insurreição praieira”; 1961 - Samba de Umbigada (Ministério da Educação e Cultura); 1962 - I Congresso Nacional do Samba; Carta ao Samba; 1964 - “Ladinos e Crioulos”; 1965 - “Dinâmica do folclore”; 1967 - Carta do Samba e Em louvor do rancho (Folguedos Tradicionais); 1968 - “80 anos de abolição”; 1974 - “Folguedos tradicionais”; 1975 - “Capoeira”; 1980 - “Ursa Maior”.

África no Brasil, a “África” era Lagos, eram os nagôs/iorubás, nação dos Babalorixás e das Ialorixás mais bem conceituados da Bahia. A ida à África de africanos libertos e de seus filhos, pelos fins do século XIX, era, naquele tempo, um importante elemento legitimador de prestígio e gerador de conhecimentos e poder econômico. Enquanto negociavam várias mercadorias trazidas da Costa e levadas do Brasil, também, como hoje se diz, reciclavam o saber da tradição religiosa aprendida com *os antigos*, nos terreiros da Bahia. Assim foi com Martiniano, que voltou de Lagos “cheio de saber e razão”, para integrar-se pelo resto da vida na comunidade baiana que permeava com naturalidade e orgulho.

Com Dona Aninha não era diferente, afirmava com orgulho que sua seita era *nagô puro*. Porque, no caso de Aninha, ela mesma era e se sabia etnicamente descendente de africanos *grunces*, um povo que ainda hoje habita as savanas do norte de Gana e do sul do Alto Volta e que nenhuma relação mantinha com os iorubás até o tráfico negreiro. É por meio desse aporte teórico, iniciado por Nina Rodrigues e pelo incentivo de intelectuais da época que muito fez pela preservação das tradições africanas no candomblé da Bahia. O quesito de legitimidade reforçou e criou barreiras entre os próprios adeptos às religiões e as ciências sociais, mais uma vez tiveram papel crucial nesse processo.

Tentam enquadrar Edison Carneiro ora como um partidário da tese da *pureza nagô*, um etnógrafo que não conseguiu acesso à universidade, um folclorista, ora um militante, e até mesmo um *candomblezeiro*. Por conta de não inserir-se no processo de institucionalização das ciências sociais, mas por almejá-lo ele fica nesse entre meios, algo que Ana Carolina Nascimento (2010) expressa em sua dissertação e de como todo esse aporte metodológico fez parte da formação e do crescimento de Edison Carneiro como pesquisador, pois, mesmo negando certas teorias evolucionistas pautadas na raça, o paradigma da cultura como processo evolutivo ainda está presente em sua obra, nesse sentido, ele não poderia, nem pretenderia fugir a essa regra, se estava querendo justamente se afirmar como um continuador desses estudos.

Um grande exemplo desse momento inicial de Edison Carneiro é seu livro *Religiões Negras* (1936), nele não aparece nenhuma vez a ideia de alguma coisa que seria *afro-brasileira*, as categorias trabalhadas vêm do vocabulário evolucionista - herança dos estudos de Nina Rodrigues e outros - ainda que não exatamente as qualifique teoricamente:

Edison produz textualmente polaridades bem demarcadas: de um lado a “superioridade”, a “importância”, a “cultura muito mais adiantada”, a “complexidade” dos “nagô” (mesmo a mítica dos “jejes” teria sido absorvida pelos “nagô”, provando assim sua “importância”); do outro, a “inferioridade”, a “mítica pobríssima”, a “forma atrasada de religião”, a “cultura atrasadíssima”, a “simplicidade” dos “banto”, sobre quem se faz sentir mais fortemente os processos de “decomposição”, “degradação”, “deturpação”, “perda”, “esquecimento”, “absorção”, “fusão”, “simbiose” e “sincretismo”(NASCIMENTO, 2010, p. 110).

Como observado na tabela exposta no tópico anterior, é possível entender como o processo de construção da subjetividade e da intelectualidade de Edison Carneiro acompanha o seu envolvimento, inserção e estudo, conforme seu campo e sua realidade lhe dão aporte às categorias como *cultura, tradição, africano, negro, brasileiro* adquirem outra roupagem, outras cores. A África presente no Brasil, *pura e legítima* por conta de sobrevivências, não perpassa a ideia de que entre a África e o Brasil ocorreu um processo exploratório de desumanização, a escravidão: “Ninguém atentava no fato de ser a escravidão, e não a raça, a causa da degradação moral do negro” (CARNEIRO, 1936, p. 15). Nesse período, o próprio Edison Carneiro denuncia os estudos evolucionistas e racistas que anteriormente serviram de justificativa para a colonização:

A teoria da inferioridade da raça negra e dos demais povos de côr, que infelizmente conseguiu arrastar talentos legítimos como Nina Rodrigues, nasceu da necessidade de justificativa, por parte da burguesia européia, dos crimes cometidos, "em nome da Civilização", na África e na Ásia, contra o direito dos povos de disporem de si mesmos . . . A antropologia moderna põe abaixo as caraminholas dos Lombroso, dos Lapouge, dos Ferri, dos Gobineau. E L.-H. Morgan, reduzindo o problema das raças às questões da cultura (adaptação do homem ao meio natural) (7-b), mandou às favas as medidas craniométricas e outras tolices iguais (CARNEIRO, 1936, p. 18).

Mas, quando trata sobre cultura a crença no processo de *evolução cultural* está presente, as nações africanas que vieram ao Brasil são colocadas em escalas, “A mais atrasada seria a dos tshis, a mais adiantada a dos nagôs, intermediaria a dos gêges (CARNEIRO, 1936, p. 36)”. Tal processo repercutiu na investigação sobre as religiões de matriz africana, as nações ditas mais *evoluídas* criaram as religiões mais *puras*, aquelas menos *evoluídas* repercutiram em religiões *impuras*, caracterizadas por processos de *sincretismos*, estas são taxadas de *baixo espiritismo, macumba, mandinga e curandeirismo*. A exemplo do Candomblé Caboclo, o mais caracterizado como *afro-brasileiro* e julgado como o *menos puro* dos candomblés: “Foi a mítica pobríssima dos negros bantus que, fusionando-se com a mítica igualmente pobre do selvagem ameríndio, produziu os chamados candomblés de caboclo na Bahia (CARNEIRO, 1936, p. 93)”.

Em *Religiões Negras* (1936), Edison Carneiro expressa uma tentativa de continuidade dos estudos iniciados por Nina Rodrigues, assim como procura a conservação dos ritos e costumes das religiões e terreiros pesquisados, neste livro, é possível perceber como os capítulos são seguidos por parágrafos mais teóricos, baseados em generalizações (herança das referências que possuía sobre as religiões de matriz africana), que colocam numa escala de pureza e impureza os nagôs no polo positivo e os banto no negativo, procura traços cuja presença ou ausência indicaria *pureza e autenticidade ou impureza e inautenticidade*, simbolizando *mistura e ilegitimidade*.

Na obra *Candomblés da Bahia* (1948), as categorias começam a ser de certa forma questionadas, a ideia de *evolução cultural* e *pureza* se distanciam um pouco, há a percepção de que a cultura não é engessada, ela pode ser ressignificada e passa por processos de interação, colocando em jogo os processos de integração que o próprio campo revela. Surgem questões: como lidar com sobrevivências e purezas em culturas tão distintas e fabricadas como África e Brasilidades? Como pensar em *sobrevivências* após um processo tão cruel e devastador como a escravidão? Como exigir *pureza* de uma religião que se forma e se consolida com suas especificidades ao redor do país? São esses questionamentos, que, mesmo não vindo à tona explicitamente, perpassam o imaginário de construção teórica das ciências sociais da época, e, com certeza, o processo de entendimento e inserção de Edison Carneiro nos estudos. Este momento é marcado por uma mudança paradigmática da própria ciência social, as teorias não conseguem mais dar conta do campo, mas, o campo que passa a demandar a teoria, corrobora-se em muitos trechos a inquietação sobre o conceito de *pureza*, pois, o campo traz questões como a simbiose de costumes entre terreiros de nações diferentes, o autor vai repensar ainda o uso de palavras, ou conceitos, de *fetichismo*, *animismo*, *sobrevivência*, *totemismo*. Podemos dizer que Edison Carneiro presencia isso durante sua pesquisa, e, apesar de não ter tido espaço para enfrentar as teorias acadêmicas, deu possibilidades para que isso ocorresse no futuro.

Em seu outro campo de estudo, mas não tão distante, o autor, ao defender as escolas (de samba), demonstra sua preocupação com as transformações desta manifestação popular, ressalta o potencial de integração dos folguedos à experiência social na cidade – nos morros, nas rodas, nas festividades – ao mesmo tempo em que reforça a ideia de expansão para além desses circuitos locais, indicando que as apresentações dos grupos poderiam alcançar outras cidades e circuitos diversos de exibição, o que garantiria sua continuidade. Em ambos os campos, Edison Carneiro

depara-se com conflitos conceituais: *tradição, pureza, continuidade, preservação*. Todos emanam uma ideia fixa de cultura, algo que só mais à frente será ressignificado e rearranjado pela própria antropologia, Roy Wagner (2010) é um exemplo disso. Entende-se a cultura não mais como uma realidade dada, à espera de ser *descoberta e descrita* pelo antropólogo que a *encontra*, mas como o resultado de uma invenção. Essa operação é realizada tanto pelos próprios atores sociais envolvidos, sejam os *nativos* ou os antropólogos, nas diversas possibilidades de construção de si e do outro desencadeado pelo processo de alteridade e produzidas na situação do encontro.

Em um momento de incipiente institucionalização acadêmica da antropologia, quando ainda não estavam lançadas as bases do que viria a ser considerada uma “etnografia científica”, o processo de formação daqueles que começavam a ser chamados de antropólogos ou etnógrafos depende menos da formação acadêmica especializada do que de se estar circulando entre determinados espaços e redes de pessoas e das correntes teóricas e metodológicas às quais estavam se filiando. [...] Nesse momento de formação da ciência social acadêmica no Brasil, momento em que as fronteiras disciplinares ainda estavam precariamente demarcadas, o que vem a ser mais tarde definido como disciplinas autônomas, Antropologia, Sociologia, História, eram produzidos pelos chamados intelectuais polivalentes: homens de letras, advogados, médicos (NASCIMENTO, 2010, p. 52).

Se, de alguma forma, podemos dizer que Edison Carneiro entra em campo como etnógrafo, não há dúvidas de que esta entrada parte do enquadramento do campo a partir da divisão entre *negros sudaneses* e *negros bantos*⁵. Grande característica de seu trabalho etnográfico revela-se quando está em campo, ou escrevendo textos etnográficos, são momentos em que a comparação perde a importância em benefício da descrição. A etnografia parece transbordar de sua teoria, é aí que Edison Carneiro escapa da máquina reguladora que até então rondava as ciências sociais, onde a teoria está acima do campo. Mesmo sem ter uma metodologia científica formada sobre o que seria o fazer etnográfico no Brasil, Edison Carneiro faz uso de um grande ganho que a antropologia traz, a liberdade da escrita e da descrição densa - citando Geertz (1989) - do campo.

Negros Bantos é fortemente organizado em torno da sua experiência como pesquisador de campo. É a etnografia dos banto que desestabiliza suas teses da *pureza nagô*.

⁵ Estas categorias seriam definidas pela procedência destes “africanos”: os primeiros “da zona do Níger na África Ocidental”, vindos das nações “nagô (ioruba), jeje (ewe), mina (tshis e gás), haussá, galinha (grúnci), tapa, bornus, e ainda fulas mandês (mandingas), carregados de forte influência muçulmana” (CARNEIRO, 1936), e os segundos “do sul da África, Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Mossamedes, na África Ocidental e Moçambique e Quelimane, na Contra-Costa” (CARNEIRO, 1937).

Mas o texto é cheio de idas e vindas e, na conclusão de muitos capítulos, ele volta a se preocupar com as perdas e deturpações sofridas pelos negros bantos no Brasil, fazendo referências negativas ou “juízos de valor” como ele vai chamar mais tarde. A imagem que sai daí é a de um autor dividido contra si mesmo, que desconfia de suas próprias teses, ainda que pareça não querer fazê-lo (NASCIMENTO, 2010, p. 120).

Apesar da obra *Negros Bantos* se situar ainda na década de 1930, já é revelado o movimento que, em 1948, com *Candomblés da Bahia*, estará um pouco mais consolidado, esse movimento de quebra epistemológica advém das teorias nativas e suas ideias sobre a mistura e a separação, que nem sempre coincidem e partem dos mesmos pressupostos que as teorias científicas que orientam as reflexões do autor. Cada novo encontro, entrevista, festa, visita, almoço, reunião da União das Seitas Afro-Brasileiras resulta na formulação de novas perguntas e em respostas que vão se aprofundando e se detalhando. Assim, seus conceitos e suas categorias de análise foram se tornando abertas às teorias nativas.

No decorrer de seu trabalho de campo, Edison Carneiro foi exposto à lógica religiosa e, permitiu-se adentrar nela, por meio do recurso etnográfico, tal lógica é diferente daquela prevista pelas teorias antropológicas que ele conhecia até então. É através de um instrumento técnico já bem consolidado na antropologia que Edison Carneiro enxerga outras possibilidades, ainda muito preso às teorias que o antecedeu, pois, sua ligação com a academia não o permitiu se consolidar como teórico, ele habita esse ambiente fluido e inconstante que só a própria década de 1930 pode nos ajudar a compreender. Por estar nesse não lugar, Edison Carneiro fica de escanteio e, as ciências sociais perdem muito em não o adicionar à sua grade curricular, pois, pouco percebe esse potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Edison Carneiro se constrói como autor que permite inaugurar uma nova linhagem de estudos, suas obras aqui citadas, *Candomblés da Bahia* e *Negros Bantos* fazem parte dessa apuração, são livros carregados de informações decorrentes do levantamento de seus estudos e de seu trabalho de campo, mas, também, expressam seus encontros e negociações com pais e mães-de-santo de terreiros de candomblés do *nagô* ao *caboclo*. Ao revelar a história do candomblé da Bahia, Edison Carneiro desloca-se entre a tentativa de inserção na academia e sua ligação com os terreiros, perpassando os conflitos políticos e sociais de sua época. Pesquisadores seguintes, como Beatriz Góis Dantas tomam de

empréstimo seus estudos para analisar a corrente ideológica que o circundava e a questão da *pureza africana*, apesar de não contestar tal conceito, seus estudos demonstram as articulações políticas e a disputa por poder que circundam tal conceito nativo. Grande estudioso das religiões de matriz-africana e da cultura popular, encontra-se em um momento de sobrevivências e transições, questões reveladas em seus escritos quando menciona as semelhanças e as discontinuidades - em relação a estudos anteriores - encontradas no campo.

Carneiro também atuou como um mediador entre os universos aos quais estava vinculado: entre os intelectuais e os nativos, a antropologia brasileira e a norte-americana, o centro e a periferia. Tal habilidade é permitida devido à ambiguidade constitutiva de sua própria figura, que transita de forma mais ou menos tensa e controlada entre todos esses universos: o meio intelectual, as instituições acadêmicas, o jornalismo, os pais e mães de santo de terreiros de candomblés *nagôs*, *bantos* e *caboclos*, e os mestres de capoeira, samba e batuque. Ele parece jamais se identificar inteiramente com algum desses universos dentro dos quais circula, mas, está o tempo todo preocupado com a preservação e perpetuação da cultura tradicional brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

CARNEIRO, Edison. **Religiões Negras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

CARNEIRO, Edison. **Negros Bantos** [1937]. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 6, p. 79-98, fev. 1988.

DANTAS, Beatriz Góis; NUNES, Verônica Maria Meneses (org.). **Destinatário: Felte Bezerra** - Cartas a um antropólogo sergipano (1947-59 e 1973-85). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERRETTI, Sergio F.. Nina Rodrigues e a Religião dos Orixás. **Gaz. méd. Bahia** 76:Suplemento 2:S54-S59, 2006

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC; 1989.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Coleções e expedições vigiadas**: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

GONÇALVES, Renata de Sá. Edison Carneiro e o samba: reflexões sobre folclore, ciências sociais e preservação cultural. **Anuário Antropológico** [Online], I: 2013.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres** [1947]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. São Paulo: **Estudos Avançados**, 2004.

MAIO, Marcos. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. **RBCS**, Vol 14, n.41, 1990.

MAIO, Marcos. O Projeto UNESCO: Ciências Sociais e o credo racial brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, 2000.

NASCIMENTO, Ana Carolina Carvalho de Almeida. **O sexto sentido do pesquisador**: a experiência etnográfica de Edison Carneiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia - com concentração em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. *In*: FERRI, G. Mário. MOTOYAMA, Shozo. (org.). História das Ciências no Brasil. vol. 3, São Paulo: EDUSP/EPU-CNPq, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira. *In*: Sobre o pensamento antropológico, p. 109-28. Rio de Janeiro: **Tempo brasileiro**, 1988.

PEIRANO, Mariza G. S. A antropologia como ciências social no Brasil. **Etnográfica**, Vol. IV (2), pp. 219-232, 2000.

ROMERO, Sílvio. Introdução à história da literatura Brasileira. *In*: **Literatura, História e Crítica**. Rio de Janeiro, Imago; Aracaju, UFS. 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.